



IDOSO

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Testes com nova droga eliminam placas no cérebro que causam Alzheimer

Resultados de estudo clínico com 165 pessoas são promessa de cura para a doença.

Fonte: O Globo – César Baima – 01/09/2016



Pesquisa promissora mostra que anticorpo remove placas no cérebro que causam o mal de Alzheimer - University de Manchester

RIO - Testes preliminares mostraram que uma nova droga leva à remoção de placas de proteína que, acumuladas no cérebro, são responsáveis pelo mal de Alzheimer. Os resultados da pesquisa, considerados impressionantes pelos cientistas responsáveis, dão esperanças não só de um tão buscado tratamento, mas também de prevenção e cura definitivas para uma doença conhecida por provocar demência. Hoje, estima-se que cerca de 47 milhões de pessoas, a maioria idosas, sofrem da doença no mundo.

Batizado Aducanumab, o medicamento é um anticorpo monoclonal humano — isto é, produzido por uma determinada linhagem de um tipo específico de célula do nosso sistema imunológico que são clonadas (daí o nome) — que se liga de forma seletiva às concentrações da proteína beta-amiloide no cérebro, sinalizando-as para que sejam retiradas pelas microglias, as principais células de defesa do órgão.

Segundo os pesquisadores, tanto os experimentos pré-clínicos (na bancada do laboratório e com animais) quanto um primeiro ensaio clínico “duplo cego” — em que nem os pacientes nem os experimentadores sabem quem está tomando o medicamento e quem está recebendo apenas um placebo — realizado em 165 pessoas diagnosticadas nos estágios iniciais do Alzheimer tiveram resultados promissores. No segundo caso, após um ano recebendo injeções mensais do anticorpo, as placas de beta-amiloide chegaram a sumir do cérebro dos pacientes tratados com a maior dosagem da droga no teste.

— Os resultados do estudo clínico nos deixaram otimistas de que potencialmente daremos um grande passo à frente no tratamento do Alzheimer — diz Roger Nitsch, professor do Instituto para Medicina Regenerativa da Universidade de Zurique, na Suíça, que supervisionou o trabalho e é um dos coautores de artigo que relata os resultados, publicado na edição desta semana na revista



Prezado(a),
para preservar as informações contidas no periódico,
é necessário estar logado na intranet para carregar os links.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl.01
Notícias do Judiciário	fl.05
Notícias do Legislativo	fl.06

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl.06
Notícias do Judiciário	fl.12
Notícias do Legislativo	fl.14
Institucional	fl.15

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça de Proteção
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caoidosopdef@mprj.mp.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Sousa

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Thaiza Marques de Miranda e Silva
Rodrigo Firmino da Silva
Rosemary Rodrigues Cruz

Estagiários
Marcos Vinicius Florencio Bemkes
Pedro Beny Tostes Bria

...

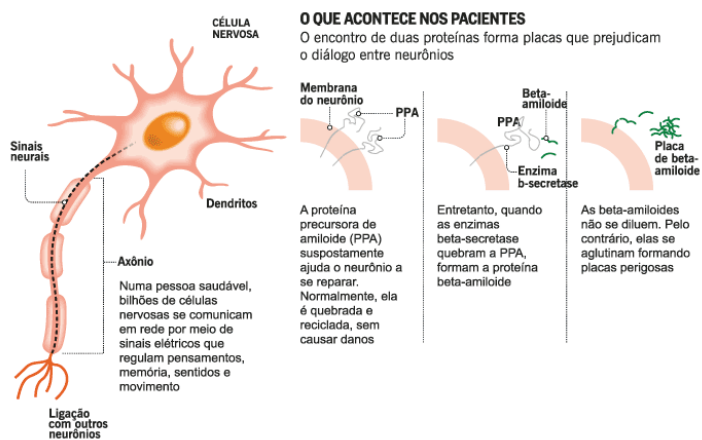
Projeto gráfico
STIC - Gerência de Portal
e Programação Visual



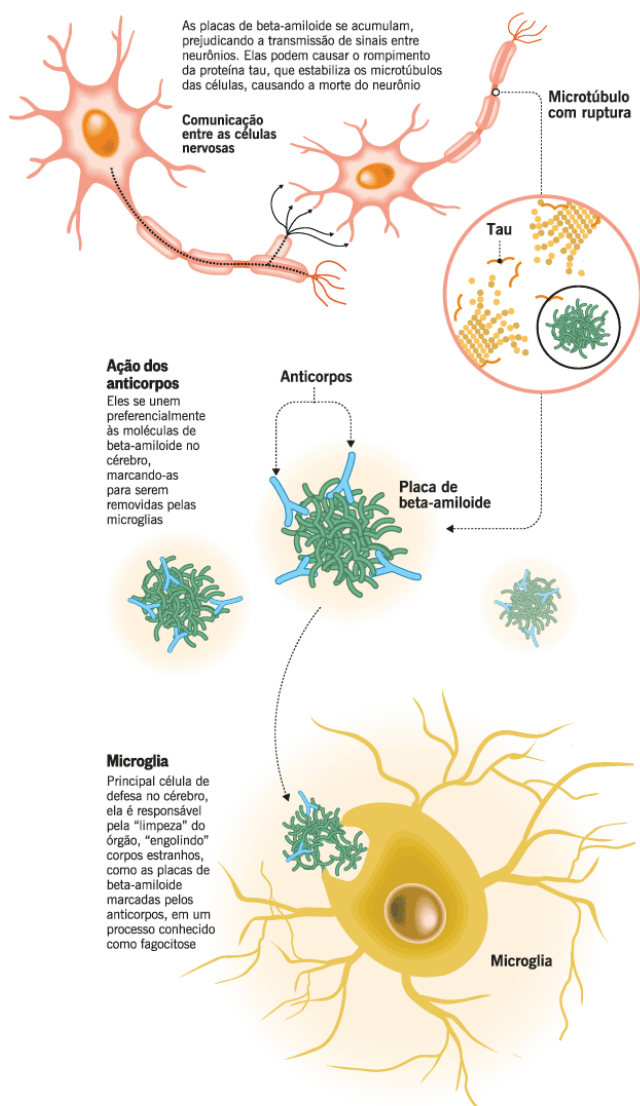
científica "Nature". — O efeito do anticorpo é muito impressionante e seu resultado depende da dosagem e da duração do tratamento. No grupo de alta dosagem, a amiloide desapareceu quase que por completo.

Bastidores de uma doença

Entenda como o Alzheimer interfere no cérebro, causando demência



DEGENERAÇÃO CELULAR



Fonte: Science Translational Medicine

O GLOBO

diferentes dosagens de um potencial novo medicamento e identificar seus eventuais efeitos colaterais em um pequeno grupo de pacientes da doença alvo, observam se ele agiu como o esperado contra ela, numa espécie de "prova de conceito" que a diferencia da fase 1 "pura". Assim, com base em questionários padrão, eles verificaram que as capacidades cognitivas dos pacientes que receberam o anticorpo permaneceram mais estáveis do que a do grupo que tomou só o placebo, que exibiu um declínio cognitivo significativo.

É justamente este último resultado que tem duas implicações importantes. Apesar de ter sido sugerida a cerca de 25 anos, ainda não há provas definitivas de que as placas de beta-amiloide no cérebro causam o Alzheimer, com alguns cientistas apontando que sua formação pode ser também uma consequência da doença. Assim, a confirmação de que sua remoção traz melhoras ou freia as perdas na capacidade cognitiva dos pacientes apoiaria a hipótese de causalidade, e que também se traduziria em uma esperança de cura. Além disso, a descoberta abre a possibilidade de que o uso do Aducanumab ou de outra droga que impeça o acúmulo da proteína, que começa até 15 ou mais anos antes do aparecimento dos primeiros sintomas, evite seu desenvolvimento, em especial por pessoas com histórico familiar ou propensão genética para tanto.

— De modo geral, esta é a melhor notícia que tivemos nos meus 25 anos de pesquisas clínicas sobre o Alzheimer e isto traz uma nova esperança para os pacientes e as famílias mais afetadas pela doença — destaca Stephen Salloway, neurologista do Hospital Butler, na cidade de Providence, no estado americano de Rhode Island, e um dos responsáveis por conduzir o ensaio clínico com o anticorpo, que também assina o artigo na "Nature".

A ação do Aducanumab, no entanto, não foi sem consequências. No ensaio clínico, 18 dos 125 pacientes que receberam a droga tiveram que descontinuar o tratamento devido a efeitos adversos como pequenos sangramentos e o acúmulo de fluidos no cérebro, a maior parte entre os que receberam as maiores, e mais eficazes, dosagens, sem contar os muitos que reclamaram de efeitos colaterais como fortes dores de cabeça. Tais problemas também já foram observados em testes com outros potenciais medicamentos para o Alzheimer que tinham como alvo a beta-amiloide e apresentaram resultados promissores nas respectivas fase 1 dos ensaios.

OTIMISMO CAUTELOSO

Diante disso, os pesquisadores, aproveitando já terem demonstrado que o composto de fato age contra as placas em diferentes doses, pularam a fase 2 e já iniciaram dois ensaios clínicos de fase 3, nos quais cerca de 2,7 mil pacientes espalhados por 20 países da América do Norte, Europa e Ásia vão receber o anticorpo para que possam avaliar mais profundamente tanto sua segurança quanto sua eficácia.

— Este ensaio e seus resultados renovam a esperança, que compartilho, de que estamos perto de termos as primeiras terapias efetivas contra o mal de Alzheimer baseadas na amiloide — avalia John Hardy, professor de neurociências do University College London, Reino Unido, que não está envolvido com o desenvolvimento do anticorpo, mas é um dos cientistas que primeiro sugeriu a ligação entre o acúmulo da proteína no cérebro e a doença há 25 anos. — Devemos, então, ser cautelosos, pois já estivemos aqui antes com promissores dados positivos de fase 1.

Na mesma linha seguiu Tara Spires-Jones, diretora interina do Centro para os Sistemas Neurais e Cognitivos da Universidade de Edimburgo, também no Reino Unido, e que também não está envolvida nas pesquisas com o Aducanumab:

— Estou cautelosamente otimista com este tratamento, mas tentando não ficar muito animada porque muitas drogas chegaram até esta fase inicial de testes apenas para seguir e fracassar em ensaios maiores.

Empresa contrata recepcionista acima dos 60 anos e aposentada em Curitiba

Ainda de acordo com os pesquisadores, os bons resultados na remoção das placas de beta-amiloide os animaram a investigar como o tratamento afetou os sintomas do Alzheimer, como a perda cognitiva e de memória, embora não fosse este o objetivo do ensaio clínico, classificado como de fase 1b. Nesta etapa, os cientistas, além de buscar determinar a segurança de

Fantástico acompanhou processo de seleção da vaga para mostrar quem são as brasileiras nessa faixa etária que estão em busca de um novo emprego.

Fonte: G1 – Fantástico – não encontrado – 04/09/2016

Uma empresa de propaganda de Curitiba chamou a atenção ao colocar na internet um anúncio de emprego inusitado: vaga de recepcionista para candidatas com, no mínimo, 60 anos e aposentadas.

O objetivo era encontrar uma funcionária aposentada por ser considerada mais paciente e comprometida, além de ter experiência. A agência oferecia salário de R\$ 1.200, coparticipação no plano de saúde, plano odontológico integral, vale refeição e vale transporte.

Mais de 1.700 mulheres de cinco estados se interessaram, e a agência separou 500 currículos para analisar. Dados do IBGE mostram que 220 mil idosos estão em busca de trabalho, e a taxa de desemprego entre pessoas acima de 60 anos aumentou 60% nos últimos quatro anos.

O Fantástico acompanhou o processo de seleção da recepcionista para mostrar quem são essas aposentadas brasileiras que estão em busca de um novo emprego. No final ficaram três candidatas até a escolha de Ivone Sebben, de 62 anos.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Após nova lei, asilos de Campos, RJ, incentivam apadrinhamento de idosos

Casas de repouso atendem 121 idosos no município. Projeto de Lei foi aprovado em agosto pelo Governo do Estado.

Fonte: G1 Norte Fluminense – não encontrado – 19/09/2016

Os 121 idosos dos dois asilos de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, podem ser apadrinhados através do programa “Um lar para idosos”, um projeto de lei estadual que foi sancionado em agosto. O programa permite que pessoas possam acolher e apadrinhar socialmente os idosos nos finais de semana, feriados e datas comemorativas dos próprios apadrinhados do Asilo Nossa Senhora do Carmo e Asilo Monsenhor Severino.

A proposta é criar laços entre a comunidade e os idosos, que geralmente se sentem solitários nos asilos. O apadrinhamento tem como objetivo reduzir os danos emocionais dos idosos causados pela ausência familiar.

Para apadrinhar um idoso e necessário passar por uma avaliação dos assistentes sociais das casas de repouso. O interessado deve comparecer ao asilo e preencher um cadastro, e caso haja uma relação de afetividade entre o padrinho, ou madrinha, e o idoso, o asilo autoriza para os passeios.

O presidente do Asilo do Carmo disse que o local atende 62 idosos e a maioria chega por parentes que, em um primeiro momento, dão seguimento à visita aos finais de semana, mas com o passar do tempo se afastam por completo. Segundo ele, o ato deixa o idoso em espera contínua pelos parentes e o único traço familiar passa a ser com os funcionários do local.

“Na verdade a gente sempre tenta trazer a comunidade para próximo do asilo. Mudar um pouco essa realidade que asilo é o fim de tudo, que eles estão aqui já no fim da vida. A gente tenta mudar isso e tenta sempre trazer a comunidade e fazer um apadrinhamento, tentar que a comunidade se torne um familiar desse idoso”, ressaltou André Araújo, presidente do Asilo do Carmo.

Os dois asilos de Campos estão com a capacidade máxima de atendimento e ainda há uma fila de espera de 15 idosos. O presidente do Monsenhor Severino disse o fundamental para o idoso se sentir mais acolhido é receber atenção e carinho.

“O idoso muitas vezes precisa de carinho, de uma pessoa chegar aqui e conversar com ele quinze minutos, dar uma palavra de apoio, uma palavra amiga, uma palavra de amor. Isso para mim é essencial”, disse o presidente do Monsenhor, Ricardo Araújo.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Recessão mais do que dobra taxa de desemprego entre idosos

Aumento é reflexo direto de piora maior do mercado de trabalho para os chefes de família.

Fonte: O Globo – Daiane Costa – 20/09/2016

A equipe da Coordenadoria de Políticas Públicas para o Idoso, órgão da SRIO - A recessão que castiga o mercado de trabalho há dois anos levou a taxa de desemprego entre os idosos mais do que dobrar no período. De acordo com estudo divulgado pelo IPEA nesta terça-feira, o desemprego entre as pessoas com mais de 59 anos passou de 2,05% no último trimestre de 2014 para 4,75% no segundo trimestre de 2016 - alta de 132%. Quando se observa a dinâmica do mercado de trabalho em 2016, a piora para esse grupo é ainda maior. Enquanto entre os jovens, que têm a maior taxa de desemprego, o índice se estabilizou na casa dos 26%, entre os idosos o salto foi de 44% - passou de 3,29% no primeiro trimestre para 4,75% no segundo trimestre deste ano.

O coordenador da publicação, o técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea José Ronaldo Souza Jr, explica que o aumento do desemprego entre o grupo de maior faixa etária ocorreu não devido a cortes nas empresas, mas principalmente pelo aumento do número de idosos procurando emprego para complementar a renda. Os números mostram que a quantidade de pessoas dessa faixa etária trabalhando inclusive cresceu durante a recessão. Eram 20,7 milhões ao final de 2014 e chegaram a 21,4 milhões em junho de 2016. No mesmo período, o número de desempregados nesse grupo quase dobrou. Passou de 545 mil no final de 2014 para 1 milhão em junho de 2016.

— Apesar de ter um peso do aumento demográfico aí. Ou seja, mais pessoas completaram 60 anos nesse período, muitos idosos tiveram de deixar a inatividade para procurar trabalho. O problema é que esse grupo tem dificuldades de se inserir. Primeiro porque estava fora do mercado, segundo, porque se questiona, muitas vezes, o quão produtivos ainda são — avalia Souza Jr.

Segundo o técnico do Ipea, eles são vistos pelos empregadores como uma mão de obra experiente mas que, pelo avançar da idade, podem ter perdido a capacidade para trabalhos que exigem força física. Têm mais chances de ser inseridos em funções operacionais, como é comum nas redes de varejo e em cargos de coordenação, em razão da experiência.

A demógrafa Ana Amélia Camarano, especialista em estudos sobre envelhecimento da população brasileira, diz que a dificuldade de idosos serem contratados é fruto de preconceito:

— Os empregadores preferem contratar uma pessoa de 40 anos, porque para ele pode pagar um salário menor, e não terá de fazer adaptações no ambiente de trabalho. Também há receio das empresas de que os idosos não consigam se adaptar às novas tecnologias.

Ambos analisam que essa realidade terá de mudar no futuro, já que a população brasileira caminha para um maior envelhecimento e redução da população jovem. Um terço da população brasileira será formada por pessoas com 60 anos ou mais em 2060. Serão 73,5 milhões entre os 218,1 milhões habitantes do país. Em 2045, a população brasileira já começará a diminuir, segundo as projeções do IBGE. Dessa forma, o mercado de trabalho teria de se adaptar a uma mão de obra mais velha.

— No futuro, os idosos serão melhor absorvidos pelo mercado, mas isso ocorrerá não por uma questão cultural, mas pela escassez de mão

de obra jovem. É uma mudança de perfil da população ocupada que obrigará investimentos em mobilidade urbana adequada e adaptações no ambiente de trabalho para receber os mais velhos — diz Ana Amélia.

MERCADO PIORA MAIS PARA CHEFES DE FAMÍLIA

O aumento do desemprego entre os idosos pode ser explicado, em parte, por outro dado evidenciado pelo estudo do Ipea. O trabalho mostra que a taxa de desemprego entre os chefes de família quase dobrou durante a recessão. Passou de 3,38% no último trimestre de 2014 para 6,55% no segundo tri deste ano. São considerados chefes de família, explica o técnico do Ipea, a pessoa considerada a responsável pelo lar pelos demais integrantes. Geralmente, por ser o maior provedor de renda. O que, segundo Souza Jr, torna esses números ainda mais dramáticos:

- A perda do emprego pelo chefe de família é reflexo direto da destruição do trabalho com carteira. É um dado que produz um efeito muito grave. Se o chefe de família perde emprego, isso leva outros membros, como os jovens e idosos, a saírem de casa para encontrar uma vaga, aumentando a fila do desemprego, e impacta na questão do consumo, prejudicando a retomada da economia.

Empreendimento oferece moradia com serviços de saúde a idosos

Promenade Link Stay é local escolhido para acolher interessados na Barra.

Fonte: O Globo – Daniela Kalischesk – 25/09/2016



Novo lar. Projeto chega à Barra nas suítes do hotel Promenade Link Stay - Analice Paron / Agência O Globo

RIO - Um empreendimento dedicado a pessoas com mais de 60 anos, que oferecerá serviço de moradia, assistências médica, psicológica e física e recreação chega à Barra nesta quarta-feira, aproveitando a estrutura do hotel Promenade Link Stay. O Mandala Senior Living foi concebido pelo endocrinologista Tércio Rocha, em parceria com os sócios Alexandre Ibitinga e Carlos Alberto Carvalho, para passar longe da ideia de casa de repouso de idosos.

— Pensamos nas pessoas que estão em um estágio da vida em que os cuidados com a residência só geram preocupações. O Mandala quer proporcionar conforto, bem-estar e tranquilidade. O quarto estará sempre limpo, a comida será sempre servida e todas as necessidades médicas, intelectuais e sociais serão supridas diariamente. Ao nosso cliente só restará curtir e escolher como aproveitar o dia. É como voltar a ser criança em uma colônia de férias — compara Rocha.

O empreendimento, primeiro com essa proposta no Brasil, já tem também uma sede no Copacabana Praia Hotel, no Arpoador, desde o último dia 14. O alvo são pessoas ativas, com interesse em atividades diárias relacionadas à praia.

Na Barra, 60 suítes do Promenade Link Stay foram reservadas para o projeto. É uma área adequada a quem apresenta menos facilidade de deslocamento — como portadores de bengalas e cadeirantes — e está acostumado ao estilo de vida da região, com acesso fácil a lojas e restaurantes.

Segundo Alexandre Ibitinga, o hotel foi escolhido por sua arquitetura sustentável e adequada para receber o público idoso. Enquanto o serviço do Mandala for oferecido aos seus clientes, o Promenade Link Stay continuará recebendo hóspedes normalmente. A ideia é manter a atmosfera hoteleira, com o estímulo de haver sempre novos rostos chegando e partindo, para evitar qualquer relação com a internação em um asilo, afirma Rocha:

— Queremos apagar tudo o que se conhece sobre asilos e casas de repouso. Aqui e pessoa só terá a certeza de contar com cuidados constantes e estímulos diários para manter corpo e mente saudáveis, porque ofereceremos atividades sociais, intelectuais e médicas.

Antes de se mudar para uma das suítes, o interessado passará por uma rigorosa entrevista para que sejam conhecidas todas as suas necessidades, e o negócio só será fechado se a equipe do empreendimento julgar que pode oferecer ao interessado tudo o que ele precisa.

No futuro, o projeto poderá ser estendido a duas torres do condomínio Ilha Pura, contam os idealizadores. Fazendas são outra possibilidade, para os clientes que prezam o convívio com a natureza e animais de grande portes. Bichos pequenos já têm autorização para viver com seus donos no Promenade.

O pacote básico para adquirir o serviço custa R\$ 15 mil mensais. Cuidados extras, que vão de manicure a cirurgias plásticas, podem ser solicitados.

Mais saúde e melhora da aparência fazem idosos invadirem academias na Barra

Com o aumento da longevidade, cresce também a preocupação com a qualidade de vida na terceira idade.

Fonte: O Globo – Rodrigo Berthone – 25/09/2016



Alunos do programa Take Care, da Rio Sport Center - Guilherme Leporace / Agência O Globo

RIO — Com o aumento da longevidade, cresce também a preocupação com a qualidade de vida na terceira idade. E, para dar conta de uma demanda cada vez maior, academias de ginástica estão investindo em capacitação de profissionais e até em turmas só para idosos.

Maria da Graça Ribeiro, de 65 anos, faz ginástica e musculação na academia Rio Sport Center, na Barra. As aulas integram o programa Take Care, que segue os preceitos da chamada medicina de estilo de vida, apostando na reversão de doenças a partir de mudanças comportamentais.

— Em primeiro lugar, venho pela saúde, mas também me interessa o corpo. Fazendo os exercícios, ganhei massa magra, fiquei mais durinha, respirando melhor e com mais disposição. Minha autoestima e minha libido aumentaram. Não sinto a idade que tenho — conta, orgulhosa.

Responsável pelo programa na academia, a geriatra Silvia Lagrotta, especializada em medicina do exercício, explica que não há turmas específicas para a terceira idade no Take Care, e esse é o segredo do programa.

— Temos professores aptos a lidar com alunos de qualquer idade, mas acreditamos que um dos grandes trunfos do programa é justamente colocar no mesmo ambiente pessoas de todas as idades, para proporcionar a troca de experiências — opina Silvia, lembrando que a socialização diminui as chances de depressão e previne o avanço de doenças.

Na Companhia Athletica do New York City Center, a aposta é em turmas específicas. Direcionado ao público com mais de 60 anos, o programa Platinum investe em treinamento composto por exercícios de força, equilíbrio corporal, alongamento e ginástica antiestresse.

— Buscamos professores que têm perfil específico para treinar com idosos, capazes de pensar na parte técnica e também no trato com esta faixa etária — detalha Élide Oliveira, coordenadora de ginástica da Companhia Athletica.

É consenso que musculação e ginástica também resultam em benefícios para os mais velhos. Mas especialistas alertam para a necessidade de se consultar um médico antes de se iniciar os exercícios.

— Assim, quando chegar à academia, a pessoa pode receber uma rotina individualizada, de acordo com suas restrições — explica o cardiologista clínico Max Pinheiro.

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

TRF4 determina que Receita Federal devolva Imposto de Renda pago por idosa que sofre do coração

Fonte: JusBrasil – 19/09/2016

Em função de prescrição do direito sobre valores pagos há mais de cinco anos, a autora deverá ser restituída apenas a partir de 2009, visto que a ação foi ajuizada em 2014.

A União terá que devolver o Imposto de Renda (IR) pago nos últimos cinco anos por uma moradora de Porto Alegre que sofre de cardiopatia grave desde 1982. Ela questionou judicialmente a cobrança após ter seu pedido de isenção negado pela Receita Federal.

Segundo a Receita, a doença estaria sob controle e a autora não teria conseguido comprovar a gravidade da cardiopatia. Já a contribuinte, que tem 78 anos e recebe pensão alimentícia do seu ex-marido, alega que o órgão se recusa a receber os laudos expedidos pelo seu médico, requerendo documentos preenchidos e assinados apenas por médico do Sistema Único de Saúde (SUS), o que não é possível, pois é acompanhada por profissional não vinculado ao SUS.

A ação foi julgada procedente e a União apelou ao tribunal reafirmando que a autora não preenche os requisitos legais para usufruir da isenção. O relator do processo, juiz federal Roberto Fernandes Júnior, convocado para atuar no tribunal, entendeu que a autora comprovou suficientemente a gravidade de sua enfermidade.

Para Fernandes, a exigência de laudo pericial emitido exclusivamente por médico oficial não é fundamental. “Registro que o conjunto das provas

apresentadas em juízo, consubstanciadas em atestados particulares e prova pericial produzida na via judicial, têm o condão de suplantar a exigência prevista em lei”, concluiu. Em função de prescrição do direito sobre valores pagos há mais de cinco anos, a autora deverá ser restituída apenas a partir de 2009, visto que a ação foi ajuizada em 2014.

Fonte: TRF4

TJDFT confirma condenação de filho que incorreu em crime previsto no Estatuto do Idoso

Fonte: JusBrasil – 19/09/2016

A 3ª Turma Criminal do TJDFT deu parcial provimento a recurso de réu denunciado nas penas do art. 102 do Estatuto do Idoso (apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa de sua finalidade), tão somente para proceder ajuste na quantidade de dias multa.

Consta dos autos que o denunciado (filho da vítima) teria se apropriado dos cartões bancários da mãe - senhora idosa de mais de 60 anos, tendo gasto todo o dinheiro referente a duas pensões recebidas por ela junto ao INSS, que totalizavam R\$ 1.225,00. Agindo, assim, o denunciado teria privado a vítima de seus medicamentos e de alguns alimentos, uma vez que ela ficou sem dinheiro para adquiri-los. Restou apurado ainda que outro filho da vítima teria depositado R\$ 5.800,00 na conta corrente do denunciado para que ele o repassasse à mãe. Porém, além de não tê-lo feito, gastou consigo todo o valor.

Quanto à apropriação das pensões, segundo o juiz originário, as provas juntadas aos autos foram insuficientes para revelar, com a necessária certeza, a apropriação atribuída ao acusado relativamente aos valores recebidos pela vítima a título de pensão, que eram de aproximadamente R\$ 1.200,00 mensais, notadamente se considerado que esse valor era empregado pelo réu para o custeio das despesas decorrentes da manutenção da casa e pagamento de aluguel, tanto que não possuía renda própria por ter deixado o emprego para cuidar da mãe e, assim, não há como identificar se a escassez de alimentos alegada pela vítima ou a dificuldade em adquirir medicamentos decorria de eventual desvio dos recursos da idosa ou da mera insuficiência destes.

Em relação ao depósito feito pelo irmão, este sim, restou devidamente comprovado, assim como os saques feitos pelo denunciado, sem que este conseguisse justificar, no entanto, sua correta destinação.

Em sua defesa, o réu afirmou que não deu destinação diversa ao dinheiro e pediu a desclassificação do crime para o delito de maus-tratos. Porém, não demonstrou quaisquer provas sobre as alegações que fez a respeito da destinação dos valores. Assim, por não se desvencilhar de tal ônus, deve suportar a consequente condenação, concluiu o julgador.

O magistrado ressaltou também não haver dúvida de que a conduta do denunciado, revelada pelas provas juntadas aos autos, amolda-se perfeitamente ao tipo penal previsto no art. 102 do Estatuto do Idoso, motivo pelo qual é inviável o pedido de desclassificação para o crime de maus-tratos, previsto no art. 136 do Código Penal, cuja pena é menor.

Assim, a Turma manteve a condenação do acusado à pena de 1 ano e 6 meses de reclusão em regime aberto - não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos por se tratar de crime praticado com violência doméstica contra mulher - e reduziu de 68 para 15, a quantidade de dias-multa. Visto que o sentenciado preenche os requisitos estabelecidos no artigo 77 do Código Penal, foi-lhe concedida a suspensão condicional da pena, pelo prazo de 2 anos, sob as condições a serem estabelecidas pelo juízo da execução.

Processo: 20120110972590

Bancos não poderão oferecer empréstimos aos idosos em caixas eletrônicos

Fonte: ALERJ – Camila Pontes – 06/09/2016

As agências bancárias do estado não poderão oferecer empréstimos a idosos nos caixas eletrônicos. É o que determina o projeto de lei 699/15, de autoria do deputado Jorge Picciani (PMDB), aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) nesta terça-feira (06/09), em segunda discussão. O projeto precisa ser sancionado pelo governador em exercício, Francisco Dornelles, para virar lei. O prazo é de 15 dias úteis.

De autoria do presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), o texto diz que o empréstimo só poderá ser realizado de forma direta, com o gerente ou funcionário equivalente da agência. Em caso de descumprimento, o banco poderá arcar com sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, como advertência e multa de até 50 mil UFIRs-RJ (uma UFIR = R\$3,0023).

Picciani cita notícias de idosos que são vítimas do crime de estelionato dentro dos bancos e do super endividamento, em razão de empréstimos contraídos sem vontade, com condições desfavoráveis ou sem a compreensão exata da dívida contratada. “Com a dificuldade na utilização dos caixas automáticos, eles acabam se sujeitando ao auxílio de pessoas estranhas e, assim, tornando-se vítimas de diversas fraudes, efetuando saques, transferências e empréstimos para os criminosos, sem ter o conhecimento da operação financeira que realizaram”, justifica.

Problema recorrente

Presidente da Comissão da Criança, Adolescente e Idoso da Alerj, a deputada Tia Ju (PRB) relata que, só no primeiro semestre de 2016, 10% das 300 reclamações recebidas pelo grupo estão relacionados a questões financeiras. “Boa parte dos idosos que procura a Comissão, presencialmente ou por telefone, conta que não queria o empréstimo”, afirma Tia Ju.

A deputada acha que o projeto vai impedir que terceiros façam empréstimos em nome do idoso. “Às vezes ele dá o cartão para alguém, que faz o empréstimo. Muitas vezes os idosos não têm esclarecimento sobre o dinheiro que está sendo ofertado e acham que já pertence a eles, então com um simples clique eles fazem adesão a um empréstimo que pode ficar anos sendo pago”, afirma.

CAE pode votar cota de passagens aéreas gratuitas para idosos

Fonte: ALERJ – Isabela Cabral – 08/08/2016

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar nesta terça-feira (13) cota de passagem gratuita em avião para idoso de baixa renda. Apresentado em 2011 pelo então senador Vital do Rêgo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 482/2011 explicita como obrigação das empresas aéreas reservar nas aeronaves duas poltronas gratuitas para idosos, determinação que já existe no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) quanto ao transporte coletivo interestadual.

O Estatuto do Idoso prevê ainda desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens no transporte coletivo interestadual, para os idosos que excederem as vagas gratuitas e que tenham renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Essa obrigação, ainda de acordo com o projeto de Vital do Rêgo, será estendida às companhias aéreas.

O decreto que regulamentou o Estatuto do Idoso (Decreto 5.934/2006) estabelece o benefício para transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, deixando de fora o transporte interestadual aéreo. Para o autor da proposta, trata-se de “grave equívoco”, dada a dimensão continental do país, a carência de boas estradas e as limitações de ferrovias e hidrovias.

O projeto conta com relatório favorável do senador José Agripino (DEM-RN). Ele considerou que o atendimento dos beneficiários idosos se dará, em boa parte dos casos, com a ocupação de assentos atualmente ociosos e sem que se retire das empresas parcela significativa de seus clientes pagantes.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e, após a deliberação da CAE, seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde será votada terminativamente.

O PLS 482/2011 é um dos 20 itens na pauta da reunião desta terça-feira, que se realizará na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Motoboy amputado após acidente se descobre no surfe: ‘Me mantém vivo’

Morador de Peruíbe perdeu uma das pernas em acidente há 16 anos. ‘Pirata do Surfe’ quer percorrer praias do Brasil mostrando sua rotina.

Fonte: G1 Santos e Região – Orion Pires – 26/08/2016



João Pirata pega onda em praia de Peruíbe, SP (Foto: Arquivo Pessoal)

Há 16 anos, um acidente de moto deixou João Muth Neto, de 42 anos, sem uma das pernas. O susto, no entanto, não foi suficiente para afastá-lo do esporte. O surfe, que até então era apenas um hobby para se livrar do estresse da rotina como motoboy, acabou mudando sua vida. Com o passar dos anos, ele se tornou atleta paralímpico, ganhou o apelido de ‘Pirata do Surf’ e espera em breve colocar em prática um projeto de percorrer as praias do país mostrando o dia a dia de um surfista amputado.

João Pirata nasceu em Santos, no litoral de São Paulo, mas morou durante

muito tempo na vizinha São Vicente. Após o acidente durante um dia de trabalho, o então motoboy decidiu se mudar para Peruíbe e investir na própria recuperação.

“Os primeiros meses sem a perna foram muito difíceis. Além da dor, a sensação de não ter a perna esquerda era horrível. Durante a fisioterapia encontrei pessoas que me estimularam a seguir. Todos esses anos foram de luta e superação e o esporte tem papel essencial nessa ‘nova’ vida”, conta

Além do surfe que Pirata já praticava aos fins de semana ans de ter a perna amputada, atualmente ele também joga vôlei e futebol nas equipes paralímpicas de Peruíbe e participa de campeonatos de atletismo e natação. A agenda diária do surfista conta ainda com uma intensa rotina de treinos.

“Treino para participar de campeonatos e apresentações sobre o esporte paralímpico. Graças a Deus tenho uma rotina normal e o surfe ajuda a me manter vivo”, garante.

Prancha adaptada

Para continuar arriscando as manobras sobre as ondas mesmo com as limitações, Pirata fez testes com vários modelos de prancha até conseguir a adaptação que precisava.

“Eu não tenho parte da perna já acima do joelho e as próteses não se ajustam muito, por isso eu não uso quando vou para o mar. Minha prancha é um stand up pequeno com uma alça na frente para apoiar a mão. Foram muitos testes e hoje estou com o surfe no pé, quero dizer no joelho”, brinca.

Sonho

Com o aprendizado que teve no esporte para superar os obstáculos após o acidente de moto, Pirata quer colocar em prática um sonho. A intenção do surfista é percorrer praias do país mostrando como é a rotina de uma pessoa amputada e como vencer as limitações por meio do surfe, por exemplo.

O projeto ainda não saiu do papel e está sendo detalhado, mas ele espera que, com a chegada das paralimpíadas, empresários e autoridades possam olhar com mais atenção ações sociais e esportivas e apoiar a iniciativa.

“Quero mostrar detalhes das minhas atividades diárias até chegar ao mar para pegar onda, por exemplo, e sempre ressaltando que não há limites e impedimentos. Tenho certeza que a minha história pode servir de incentivo para tantas pessoas que se limitam por tão pouco”, destaca.

INSS convoca 1,6 milhão para revisar benefícios por incapacidade

Revisão engloba benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Beneficiários serão convocados por meio de carta para fazer a perícia.

Fonte: G1 Economia – não encontrado – 01/09/2016

O INSS começou nesta quinta-feira (1º) a convocar os segurados para fazer revisão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez por meio de exames. Ao todo são 530 mil beneficiários com auxílio-doença e 1,1 milhão de aposentados por invalidez com idade inferior a 60 anos que passarão por avaliação.

Os beneficiários serão convocados por meio de carta para a realização da perícia médica. Após o recebimento da carta, terão cinco dias úteis para agendar a perícia, por meio da central de teleatendimento 135, segundo o Ministério da Previdência.

Crítérios do ‘pente-fino’

O agendamento e a convocação da revisão obedecerão a critérios como idade do segurado (da menor para a maior) e o tempo de manutenção do benefício (do maior para o menor). Assim, serão chamados primeiro os segurados mais jovens e que recebem o benefício há mais tempo.

Os primeiros 75 mil convocados são beneficiários de auxílio-doença que têm até 39 anos de idade e mais de dois anos de benefício sem passar por exame pericial.

Em entrevista ao G1 no mês passado, o presidente do INSS, Leonardo Gadelha, disse que o foco inicial será checar os cerca de 530 mil benefícios de auxílio-doença decorrentes de ordem judicial. “Essa primeira leva talvez possa ser revisada até o final do ano”, afirmou.

O programa de “revisão de pagamento”, anunciado em julho pelo governo busca fazer um “pente-fino” na situação de quem está recebendo o benefício há mais de dois anos.

De acordo com o governo, existem hoje 840 mil beneficiários de auxílios-doença e 3 milhões de aposentadoria por invalidez recebendo há mais de 2 anos. Por ano, o auxílio-doença gera uma despesa de R\$ 1 bilhão. Já as aposentadorias por invalidez exigem gastos mensais de R\$ 3,6 bilhões.

O INSS trabalha com uma possibilidade de reversão entre 15% e 20% para os benefícios de auxílio-doença. Caso esse número se confirme, o governo calcula que a economia para os cofres chegue a R\$ 126 milhões por mês. O valor médio desses benefícios é de R\$ 1.193,73.

Convocação será por lotes

Quem não atender ao chamado do INSS no prazo estabelecido terá o benefício suspenso. A reativação só ocorrerá mediante o comparecimento do beneficiário e o agendamento de nova perícia.

Para reforçar a convocação, também serão emitidos, a partir de novembro, avisos aos beneficiários por meio dos terminais eletrônicos das agências bancárias.

Nos casos de segurados com domicílio indefinido ou em localidades não atendidas pelos Correios, a convocação será feita por edital publicado em imprensa oficial.

Para facilitar a convocação, os beneficiários devem manter o endereço atualizado no INSS. A alteração pode ser realizada por meio da central de teleatendimento 135 ou pela internet (www.previdencia.gov.br).

Os beneficiários não precisam se antecipar à convocação e comparecer ao instituto antes de serem convocados. Para evitar filas desnecessárias e sobrecarga nas agências de atendimento, o INSS informa que organizou a revisão dos benefícios em lotes com critérios pré-definidos.

Peritos receberão extra

Aproximadamente 2,5 mil dos 4,2 mil peritos do quadro do INSS trabalharão nas perícias de revisão.

O perito poderá realizar até quatro perícias diárias referentes à revisão, que serão inseridas na agenda diária de trabalho já na primeira hora da jornada. As agendas já marcadas serão cumpridas de modo a não prejudicar os segurados agendados, segundo o INSS.

Cada perito que aderir ao programa receberá o pagamento de R\$ 60 por procedimento extra, a ser realizado nesse público específico. Os peritos, porém, terão de continuar cumprindo sua cota diária e esse valor será pago por perícia adicional.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

deficientes visuais

Chama passará pelo Centro, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Sul. Chama paralela visitará centros de referência para deficientes.

Fonte: G1 Rio de Janeiro – não encontrado – 05/09/2016



Tocha paralímpica emociona crianças deficientes visuais (Foto: Reprodução/TV Globo)

Uma tocha paralímpica paralela promete emocionar crianças deficientes nesta terça (6). A chama vai passar por duas instituições, na Tijuca e na Urca, e terminará o dia no Cristo Redentor. Estudantes do Instituto Benjamin Constant, referência para deficientes visuais, as crianças Ruan e Juliana conheceram a tocha antes da passagem oficial como mostrou o Bom Dia Rio desta segunda (5).

O objeto, que vem grafado em braile, agradou muito as crianças, que reconheceram os valores da tocha. “Coragem e determinação”, leu o menino. Eles comemoraram a passagem do revezamento da tocha paralela pela escola em que estudam. “Vai passar aqui, nessa pista aqui? Legal!”, triste mesmo foi a hora de deixar a tocha ir embora: ninguém queria parar de brincar.

Rio recebe chama paralímpica

A chama paralímpica desembarca no Rio terça-feira (6), depois de desembarcar no Brasil na última quinta (1º). A chama passa pelas ruas do Centro, Vila Isabel e Grajaú, na Zona Norte, e segue para Campo Grande, Bangu e Deodoro, na Zona Oeste, vai para Madureira, para uma celebração no Parque Madureira e passa a noite no Museu do Amanhã.

Na quarta-feira (7), grande dia da abertura do evento, a tocha passa pelo Recreio e Barra, na Zona Oeste, e Leblon, Ipanema e Copacabana, na Zona Sul.

Antes da chegada à cidade paralímpica, a chama rodou por várias regiões do Brasil. No revezamento paralímpico, cada lugar por onde a tocha passa representa um dos valores da competição. Brasília representou a igualdade, Belém, a determinação, Natal, a inspiração, Joinville, coragem, São Paulo, transformação. As chamas chegam por estradas digitais, e serão enviadas virtualmente. Por aqui, o valor olímpico representado é a paixão.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Deficiente visual testa acessibilidade do Rio às vésperas da Paralimpíada

Boulevard tem pista tátil descolando e aviso sonoro do VLT baixo, avalia. Apesar de problemas, transporte público foi aprovado por deficiente

visual.

Fonte: G1 Rio de Janeiro – Patrícia Teixeira – 06/09/2016

Eleito por turistas como o melhor local de lazer do Rio na Olimpíada, o recém-inaugurado Boulevard Olímpico, no Porto Maravilha, ainda deixa a desejar para deficientes visuais como o assistente administrativo Eunício Laina Soares, de 40 anos. Às vésperas da Paralimpíada, que começa na quarta-feira (7), o G1 acompanhou Eunício em um passeio, que incluía o local e o Maracanã, utilizando transporte público.

Em determinado trecho do Boulevard, era possível identificar pedaços soltos da pista tátil – usada para orientação dos cegos.

“As sinalizações de faixas estão soltando. Pelo tempo tão curto que foi construído, isso pode ser um indicativo de daqui a um tempo poderemos nem ter mais essas faixas. Isso tem que ser avaliado, porque delimita a zona do VLT”, advertiu Eunício.



Pedaços da faixa tátil estão se soltando no Boulevard Olímpico (Foto: Patrícia Teixeira/G1)

Pedaços da faixa tátil estão se soltando no Boulevard Olímpico (Foto: Patrícia Teixeira/G1)

Para chegar até os destinos, Eunício utilizou os transportes públicos como metrô e VLT. As dificuldades começaram na área externa da estação do metrô de Botafogo.

“Não tem guia de orientação, que devem ser colocadas nas calçadas em alto relevo, indicando curvas e obstáculos”, comentou. “Além das calçadas bastante irregulares, falta guarda numa praça movimentada como essa”.

Ao pisar na estação, ele não foi abordado por nenhum funcionário e levou um susto ao se deparar com uma escada rolante no sentido contrário.

“Preciso descer as escadas. Não senti identificação no chão avisando que tem uma escada que está apenas funcionando para subida. Poderia ter me machucado”, queixou-se.

Ao descer, contou com ajuda de funcionários. “Na linha 1, sempre tem funcionários que me ajudam. Na linha 2, isso é raro”.

O atendimento nos transportes público, Eunício avaliou como ponto positivo, além do conforto nos coletivos e tempo de espera. “Para um deficiente visual, o tempo que levo para me locomover está dentro do padrão”.

Na saída da estação do metrô da Cinelândia, próximo à rua Pedro Lessa, se deparou com raízes de uma árvore, que dificultaram a passagem. Para chegar à estação do VLT da Cinelândia, só pedindo aquela ajuda aos jornalistas.

Em nota, o Metrô disse que mantém apoio aos portadores de necessidades especiais em caráter permanente e que os agentes são treinados para

dar atendimento personalizado. “O MetrôRio é totalmente acessível”, diz a nota. A concessionária afirma ainda que investiu R\$ 6,5 milhões para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Na estação no VLT, mais uma necessidade que não foi atendida: a faixa de borracha que deveria sinalizar a proximidade dos trilhos não dava para ser sentida com os pés ou com a bengala. “Tinha faixa ali? Não senti”.

Ainda na plataforma, Eunício identificou um degrau de mais de 15 cm de altura, que poderia gerar uma queda: “Colocaram a faixa muito perto do degrau. Se viesse mais rápido, não daria tempo de desviar”.



Piso irregular prejudica locomoção até a chegada do ponto turístico (Foto: Patricia Teixeira/G1)

Passeio ao Boulevard Olímpico: ‘nota 6’

A segurança dos deficientes visuais no Boulevard Olímpico é falha, segundo avaliação de Eunício, por causa dos trilhos, que dividem as calçadas. Entre os principais pontos negativos: aviso sonoro do VLT “muito baixo”, falta de pista tátil em todo o trajeto e falta de padronização de orientações.

“Achei perigoso andar aqui. Só ouvi o VLT quando ele já estava passando em cima, o aviso sonoro é muito baixo. Se eu tivesse nos trilhos, não ia ter como correr. Se vocês não estivessem comigo, eu teria ficado muito enrolado para transitar.”

A calçada reta, sem pistas táteis, dificulta os cegos a terem noção do espaço. Nos pontos de maior aglomeração de pessoas (o grafite feito por Kobra e a estrutura com letras que forma as palavras Cidade Olímpica) não foi tão fácil Eunício chegar.

No grafite, uma estrutura de ferro que protege os spots de luz só não protegeu a perna de Eunício, que tropeçou no obstáculo. Já nas letras, ele teve dificuldade com o chão irregular, algumas partes têm elevações.

“Essa alternância entre concreto e gramado é ruim, principalmente para quem passa de cadeira de rodas e idosos. Devem vir muito cadeirantes, cegos e pessoas com muletas aqui na Paralimpíada, então precisam consertar esses detalhes”, orientou.

As peças que formam as faixas táteis estão soltando. Eunício pegou duas peças nas mãos para mostrar o descaso. “É preciso que tenha delimitação eficaz da área de perigo e a faixa tem que nortear todo o caminho. Aqui é uma coisa de louco, ora tem ora não. Poderia delimitar de forma única, padronizada. Do jeito que está eu não sei onde o VLT passa.

Nem mesmo a hora de deixar o local deu a Eunício um momento de tranquilidade. A estação Parada dos Navios, do VLT, foi considerada de difícil acesso. Já a estação do VLT da Carioca deixou a desejar com as faixas de segurança com relevo ruim. “Não senti a faixa que separa a calçada dos trilhos”, disse o assistente administrativo.

Apesar de enumerar o que pode ser melhorado e dar “nota seis” ao passeio, Eunício quer voltar ao Boulevard Olímpico ao lado dos filhos. “Acompanhado é bem mais fácil”.

Ida ao Maracanã

Buracos sem árvores, buracos com árvores e pedras portuguesas. Tudo isso atrapalhou a chegada do deficiente visual à estação do metrô da Carioca.

No horário de pico, não teve outro jeito. Empurra daqui, empurra dali, até que Eunício conseguiu entrar no vagão. Mas ao desembarcar na estação do Maracanã, ele abriu um sorriso. “Estruturas aprovadíssimas”.

História no esporte

Eunício já escolheu qual jogo da Paralimpíada ele quer acompanhar de perto: futebol de cinco. Isso porque ele jogou na seleção de futebol de cinco por muitos anos. “Parei em 2009, por problemas no joelho. Fui campeão sulamericano em 1998 e campeão brasileiro em 2007, pelo Instituto Benjamin Constant”, relembrou.

Mesmo jogando na posição de pivô, Eunício balançava as redes. “Marcava alguns gols. As pessoas acham que a gente chuta em vão, mas não. A maior dificuldade é estudar o espaço, para fazer o deslocamento de forma correta, perceber o adversário”, explicou.

A animação da torcida, no entanto, pode atrapalhar bastante os jogadores durante a partida. “A gente entende que as pessoas ficam eufóricas na arquibancada, mas quando começam a mandar a gente chutar, isso atrapalha. Porque a gritaria vem bem na hora que estamos buscando a melhor forma para o chute seco, perfeito”.

Posicionamento da Prefeitura

A Prefeitura do Rio informou ao G1 que algumas medidas já começaram a ser tomadas para melhorar a acessibilidade nos pontos turísticos da cidade e nos transportes públicos (veja a nota na íntegra abaixo).

“O projeto urbanístico do Porto Maravilha segue a Norma Brasileira de Acessibilidade. As obras de revitalização implantaram 2,5 Km de piso podotátil na região (sem contabilizar a área coberta pelo VLT), 442 metros em rampas e 87 metros em traffic-calm (para travessia de rua sem rebaixamento em relação à passagem). Estações e paradas do VLT ficam de 20 cm a 40 cm de altura com rampas suaves e antiderrapantes que facilitam o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais. Cada plataforma dispõe de acesso nas extremidades com linha de piso podotátil (próprio para portadores de deficiência visual) em toda a sua extensão para auxiliar e guiar.

Quando as obras do VLT na Praça XV forem concluídas, a área também receberá sinalização em piso podotátil. Em relação às questões levantadas pela reportagem, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) informa que já oficiou a Concessionária do VLT Carioca a fazer ajustes na área do desnível citado na Cinelândia e a substituir os pisos táteis que estão se soltando com a utilização de pinos fixadores. Ao longo da Orla Conde, os pisos podotáteis foram instalados em todas as áreas com obstáculos, como travessias de pedestres e ao longo dos trilhos do VLT. Em relação aos spots do painel do Kobra, grades para evitar choques foram implantadas. A Cdurp vai enviar equipes para avaliar esse ponto da Orla Conde, as paradas dos Navios e Carioca para tomar providências.

Sobre as questões apresentadas referentes ao VLT, a Secretaria Municipal de Transporte e a concessionária VLT Carioca informam que o novo modal segue todas as normas NBR 14021, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre acessibilidade em trens urbanos. As plataformas de embarque e desembarque são niveladas com as composições, que são dotadas de rampas suaves e antiderrapantes para facilitar o acesso e a saída do veículo.

As paradas de acesso contam com piso tátil (indicando o embarque e desembarque), além da presença de agentes de bordo que orientam a

pessoa com deficiência a se posicionar no local indicado para acessar o vagão. Ao entrar na composição, se for cadeirante, o passageiro é conduzido e posicionado no espaço reservado a ele. Antes do desembarque, para a comunicação com o condutor, ele pressiona o botão instalado em posição adequada, que ativa o tempo ampliado de porta – seguindo as regras internacionais, há sinalização e acionamento de portas ao alcance do toque ou olhar.

Em relação às calçadas, é preciso diferenciar o piso tátil e o calçamento de pedras portuguesas. O projeto do VLT segue o padrão da cidade - já que circula por áreas tombadas pelo patrimônio histórico - e, por isso, cada local recebeu um tipo de instalação, de acordo com as orientações de preservação do patrimônio e regras de acessibilidade. A vistoria nesses locais é permanente.

Sobre o embarque dos passageiros, é preciso destacar que ele só é feito pelas plataformas, cujo acesso é feito por rampas, que têm degrau nivelado com o acesso dos trens e o piso tátil (mencionado acima) sinalizando sua chegada à área de acesso ao sistema.

O VLT também conta com acessibilidade sonora e sinalização visual, conforme as regras NBR. O veículo conta com gongo e buzina para alertar os pedestres sobre a passagem da composição, além de letreiro informando o sentido do trem. Internamente, há avisos visuais e sonoros com informações operacionais, como sentido e próximas paradas.

Todos os agentes de bordo do VLT passaram por treinamento específico e na Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência.

Sobre a árvore localizada próxima a um dos acessos à estação Cinelândia do metrô, a Comlurb informa que amanhã um engenheiro florestal irá ao local para avaliar o que é possível fazer para adequar a calçada.

Com relação às calçadas nos acessos ao metrô de Botafogo, será feita uma vistoria no local. Nas imediações de outras estações, já foram instalados piso podotátil e rampas de acordo com as normas de acessibilidade. Há estudo para dotar o entrono das demais estações com os mesmos equipamentos urbanos.

A Guarda Municipal informa que atua em todos os pontos citados pela reportagem, com ações de ordenamento e fiscalização de trânsito, principalmente no Boulevard Olímpico e no entorno do Maracanã, e os guardas estão à disposição para qualquer tipo de auxílio. Na região do metrô de Botafogo, há patrulhamento por meio de rondas."

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Lais Souza experimenta a bocha e volta a sonhar com esporte: "Amei"

Ex-ginasta tem primeiro contato com a modalidade mais inclusiva da Paralimpíada e ganha aula com brasileira campeã dos Jogos do Rio.

Fonte: Sport Tv – Joanna de Assis, Marcos Guerra e Michel Siqueira – 14/09/2016

A chama de ser uma atleta sempre esteve acesa em Lais Souza, mas ganhou novo ânimo nas Paralimpíadas. A ex-ginasta até já tinha ouvido falar de bocha, só que precisou assistir ao título da equipe do Brasil na classe BC3 para ver que ainda tem espaço no esporte. Mesmo sem ter os movimentos de braços e pernas desde o acidente de esqui de 2014, ela viu que era possível competir na modalidade mais inclusiva dos Jogos. A convite do SporTV, Lais experimentou pela primeira vez a bocha em um encontro com a campeã paralímpica Evani Calado.

- Sabe quando você volta a sonhar? Voltei para dentro do esporte. Para mim, estava distante até um tempo atrás. Conhecendo a bocha e vendo que é possível, agora não vejo por que não tentar? Resgatei algo que estava em mim. Amei. Muito legal. É o que falo para todo mundo: "Vem fazer esporte". Essa Paralimpíada está me abrindo portas - contou Lais,



Descrição da imagem: Com ajuda de uma calheira, Lais Souza executa o movimento para jogar bocha (Foto: André Durão)

que é convidada especial da cobertura do SporTV nos Jogos do Rio.

Ao lado do cuidador Willian Campi, Lais primeiro teve que ver os jogos de Evani, Evelyn de Oliveira e Antônio Leme, o Tó, para crer nas histórias que ouvia, para entender que não há limites na bocha. Ela aceitou o convite do SporTV e ganhou uma aula com Evani na área de aquecimento da Arena Carioca 2.

- É muito inclusivo. Eu não mexo um dedo, mas eu posso competir, posso estar em uma Paralimpíada. É muito legal ver o esforço dessa galera. Tive uma lição de ser humana - disse Lais.

Ela ouviu de Márcia Campeão, coordenadora da bocha brasileira, a explicação de que a classe BC3 é destinada a atletas com grande limitação motora. Os atletas precisam da ajuda de uma rampa (a calha) para poder lançar as bolas mais perto do alvo. Um calheiro monta a estrutura da rampa, mas sob os comandos do atleta, sem poder falar e nem olhar o jogo. O atleta é o cérebro, o calheiro a mão.

Lais pegou emprestado o material da campeã Evelyn e até sua calheira, Ariane dos Santos, para a aula com Evani e sua parceira Renata Santos. Com uma vareta presa a um capacete, a ex-ginasta conseguia empurrar a bolinha para tentar chegar ao alvo. Até foi na direção certa, mas a campeã paralímpica tinha a experiência de sete anos para saber exatamente qual bola usar para afastar as de Lais, que tentou por várias vezes retomar o ponto, mas não conseguiu. Mesmo vencendo com facilidade, Evani foi só elogios para sua aluna.

- Ela tem um futuro enorme. Já tem o foco de um atleta, o que ajuda muito. No meu primeiro jogo, perdi de 17 a 0 para o Tó. Era para desanimar, mas fiquei encantada com ele. É o jogador que tem a maior dificuldade motora e também tem dificuldade para falar, mas é o cara. O que me incentivava é mostrar que nada é impossível. Eu sonhava ser uma publicitária, mas a bocha me pegou de jeito. Acredite, Lais. Você pode voltar ao esporte - contou Evani.

Lais se animou com a experiência e não descarta começar a treinar para quem sabe estar ao lado de Evani em uma equipe paralímpica do Brasil.

- Conhecendo as regras, consegui me adaptar, consegui adaptar a atleta Lais Souza para a bocha. Quero conhecer muito mais e treinar com as campeãs paralímpica.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

MPRJ, Defensoria e OAB-RJ expedem recomendação sobre gratuidades no transporte

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 16/09/2016

O Ministério Público do Rio (MPRJ), a Defensoria Pública do Estado do Rio

de Janeiro (DPRJ), e a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio (OAB-RJ), em atuação conjunta inédita na área, expediram duas recomendações ao Poder Público, nesta quarta-feira (15), com o objetivo de resolver os problemas de gratuidade no transporte público apresentados por portadores de doenças crônicas e por pessoas com deficiência. Entre eles, a demora e a burocracia para a concessão e renovação do Vale Social (emitido pelo Governo do Estado para o transporte intermunicipal) e do Riocard Especial (destinado ao transporte intramunicipal e de responsabilidade do Município do Rio).

A recomendação destinada ao Estado requer a dispensa da perícia médica atualmente exigida para a concessão ou renovação do Vale Social, bastando apenas, para isso, a apresentação de laudo médico da rede pública ou de rede conveniada. Além disso, prevê a concessão imediata da primeira via de todos os benefícios pendentes de análise, desde que apresentada a documentação exigida em lei.

Para quem já possui o benefício, deverá o Estado providenciar a renovação automática e por prazo indeterminado no caso de pessoas com deficiência permanente, e pelo prazo mínimo de 120 dias no caso de deficiências transitórias e de doentes crônicos.

Em razão de suposta falta de pagamento ao Proderj por parte do estado, o sistema utilizado para concessão do Vale Social vem operando com a capacidade de cadastramento reduzida de 400 solicitações/dia para aproximadamente 5 solicitações/dia.

“A Defensoria Pública tem recebido diariamente diversas reclamações de doentes crônicos e pessoas com deficiência a respeito de dificuldades burocráticas e da demora na emissão e na renovação do Vale Social e do Riocard Especial. As recomendações expedidas visam a minimizar os problemas enfrentados por essas pessoas, acelerando e racionalizando os procedimentos - afirma o coordenador do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência da DPRJ (Nuped), Pedro González”.

A segunda recomendação foi enviada à Prefeitura do Rio e à Riocard com a determinação de que sejam aceitos, para a concessão e a renovação do Riocard Especial e sem possibilidade de revisão automática pela Riocard, os laudos emitidos por qualquer médico das redes pública e conveniadas de saúde, conforme disposto no Decreto que regulamenta a matéria, e não apenas por aqueles lotados nas Clínicas da Família.

As instituições querem, ainda, a renovação, por prazo indeterminado, dos cartões de pessoas com deficiência permanente e, no caso de doentes crônicos e deficiências transitórias, pelo prazo previsto no laudo. Ainda no documento está previsto que a Prefeitura se abstenha de exigir prova de vida anual para a renovação do Riocard Especial, devendo considerar a expectativa de vida do beneficiário de acordo com a sua idade. Hoje, o benefício tem validade de um ano, mesmo para deficiências permanentes, e é exigida prova de vida a cada renovação, mesmo para beneficiários jovens.

“Lamentavelmente, os principais envolvidos não se fizeram presentes em reuniões sobre o tema, o que dificulta uma solução amigável da questão. O Fórum sobre Gratuidade nos Transportes Públicos foi um espaço importante, pois possibilitou um debate mais aprofundado sobre o tema, com a definição de que as instituições irmãs, Ministério Público, Defensoria e OAB, intensificariam as ações conjuntas neste segmento, cobrando soluções efetivas. Vale destacar que em um momento como o presente, em que a sociedade volta a sua atenção para as Paralimpíadas, sensibilizando a todos os inúmeros exemplos de superação e perseverança, precisamos de ações concretas que confirmam dignidade às pessoas com deficiência no seu dia a dia” - observa Renata Scharfstein, Promotora de Justiça designada para atuar na 6ª Promotoria de Proteção ao Idoso e a Pessoa com Deficiência da Capital.

Para o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/RJ, Geraldo Nogueira, “a falta de suscetibilidade dos gestores públicos e técnicos envolvidos para as soluções apontadas nas recomendações expedidas em conjunto pelo Ministério Público, Defensoria Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com

Deficiência da OAB/RJ, ou para qualquer outra medida que garanta o benefício legal ao segmento de pessoas com deficiência e doenças crônicas, poderá ensejar os ilícitos previstos na Lei de Improbidade Administrativa, bem como o crime de discriminação por omissão, previsto na Lei Brasileira de Inclusão”.

Tanto o Estado, Município e a RioCard têm prazo para apresentar resposta. Caso não acatem as recomendações, poderá ser ajuizada ação civil pública.

Acesse as recomendações nos links:

[Recomendacao_08_2016](#)

[Recomendacao_09_2016](#)

Senado homenageia destaques da luta pelas pessoas com deficiência

Fonte: Senado Federal – Redação - 21/09/2016

O Senado conferiu, nesta quarta-feira (21), a comenda Dorina Nowill a cinco pessoas reconhecidas pelo trabalho em prol das pessoas com deficiência. São eles o fundador da Rede Sarah de hospitais, Aloysio Campos da Paz Júnior (in memoriam); a presidente da Associação das Pioneiras Sociais (APS) da Rede Sarah de hospitais, Lúcia Willadino Braga; o servidor do Senado Federal, Fernando Gomide, presidente da Associação Brasileira de Amparo ao Fibrocístico (ABRAFC); o ex-senador Flavio Arns e a arquiteta Helena Werneck.

O senador Helio José (PMDB-DF), que presidiu a sessão, lembrou que a solenidade comemora o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, celebrado em 21 de setembro. Ele ressaltou a importância do Legislativo para a causa das pessoas com deficiência.

— O parlamento é um lugar estratégico para que o movimento das pessoas desenvolva seu ativismo cívico e político e é exatamente por isso que, com muito orgulho, estamos todos aqui. Temos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal vários parlamentares e grupos de apoio comprometidos com a causa das pessoas com deficiência. A atuação parlamentar culminou na aprovação no Congresso Nacional do Estatuto da Pessoa com Deficiência — afirmou.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) utilizou o exemplo das Paralimpíadas de 2016 para demonstrar o quanto a deficiência pode se traduzir em superação, esperança e excelência. Os atletas, com diversos graus de deficiência, levaram o país à melhor posição já alcançada nos jogos Paralímpicos.

— Testemunhamos a força da superação, verdadeiros milagres, nos convencemos do real valor das pessoas com deficiência — disse.

Apesar de o Brasil ainda estar longe da inclusão completa, o trabalho de pessoas como Dorina Nowill foi e continua sendo crucial para dar autonomia aos cidadãos com deficiência, citou o senador. Ele também destacou a importância das Apaes nesse processo.

— A entrega da comenda marca o compromisso e o reconhecimento do Senado e de toda a sociedade brasileira, e a luta de todos os que se comprometeram a fazer a inclusão das pessoas com deficiência — afirmou.

Cristovam Buarque (PPS-DF) lembrou que o tratamento respeitoso aos portadores de deficiência física ou mental é uma característica do século 21 e pode ser visto durante a realização das Paralimpíadas, quando as crianças puderam ver que existem diferentes tipos de heróis. O parlamentar demonstrou encantamento ao ver o Senado dedicando tempo e recursos para prestigiar uma causa tão importante.

— Fico feliz de poder dizer que a diferença pode ser vista com

normalidade. Os que têm deficiências são normais, e esse é um desafio que temos: garantir que ninguém seja anormal por falta de apoio para construir sua normalidade — destacou.

Alvaro Dias (PV-PR) destacou a importância de garantir às pessoas com deficiência o acesso aos bens da sociedade: educação, saúde, trabalho, remuneração digna e inclusão no mercado de trabalho. Para garantir essa inclusão e o pleno emprego, ressaltou o parlamentar, é preciso atualizar as leis referentes ao trabalho à luz da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2016) e da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi referendada pelo Brasil no ano de 2009.

O senador Roberto Rocha (PSB-MA) exaltou o exemplo da Dra. Lúcia Braga, por ela trabalhar com a ideia de que não é a lesão que define o indivíduo, mas o que lhe resta de habilidade.

— Doutora Lúcia ensinou seus pacientes a se verem a partir de suas capacidades. O foco não é o que falta, mas o que está preservado.

Agraciados

Primeiro a receber a comenda, o ex-senador Flávio Arns exaltou a figura de Dorina Nowill como uma pessoa batalhadora e destacou o trabalho do Senado Federal a favor das pessoas com deficiência.

— O Senado tem compromisso para que a cidadania, os direitos humanos, as oportunidades aconteçam — disse.

Fernando Gomide, diretor da Associação Brasileira de Apoio ao Fibrocístico, lembrou as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com doenças raras para obter medicamentos e tratamento, tanto do sistema público quanto dos hospitais privados e planos de saúde. As empresas de seguro e de medicamentos não podem adotar a mão do mercado e a busca pelo lucro como timoneiras nas relações com seus segurados, afirmou.

Ele também criticou a demonização da chamada “judicialização” da saúde. A imprensa, segundo acusou, se fixa em exemplos extremos, destacando pedidos absurdos em vez de acompanhar de perto o sofrimento de quase 50 milhões de pessoas com deficiência que não conseguem, muitas vezes, obter remédios de fornecimento obrigatório.

— Somos obrigados a entrar na Justiça para obter o que é nosso direito, porque doentes são joguetes nas mãos dos laboratórios — acusou.

Gomide agradeceu especialmente ao espaço obtido em comissões do Senado, como a de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH), para denúncias e debates sobre os variados tipos de deficiências, em especial às limitações ocasionadas pelas doenças raras, como fibrose cística.

Na mesma linha, Lúcia Braga, diretora da Rede Sarah, agradeceu o apoio dos senadores pelos ganhos que asseguram ao hospital ano após ano, com emendas que aumentam os repasses direcionados à instituição.

— É uma honra enorme receber a comenda Dorina Nowill. Ela mudou a visão de atenção e cuidado da pessoa com deficiência no Brasil — destacou.

A viúva do homenageado Aloysio Campos da Paz Júnior, Elsita Lorlai Coelho Campos da Paz, afirmou que seu esposo foi um “combatente energético” ao implantar a rede Sarah do Brasil. Ela relatou que, na semana que antecedeu sua morte, ele manifestou só querer pensar no Sarah.

— Na semana que antecedeu sua morte, comprei para ele um DVD sobre um assunto de sua predileção. Ele me disse: “Elsita, obrigado, mas não assistirei ao filme. Eu só quero pensar no Sarah”. E foi assim até o último minuto de vida — contou.

A arquiteta Helena Werneck, mãe de uma menina com síndrome de Down, e desenvolvedora de campanhas na mídia em prol da inclusão social, agradeceu a postura do Senado de apoio às pessoas com deficiência.

— Sem essa postura da Casa com olhar positivo em cima das pessoas

com deficiência, a gente não conseguiria dar esses passos — disse.

A Comenda

Criada em 2013, a comenda é concedida pelo Senado a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil. A primeira entrega da honraria só ocorreu em 2015.

As primeiras homenageadas foram Aracy Lêdo, Maria Luiza Câmara, Rosinha da Adefal, Mara Gabrielli, Loni Mânica e Solange Calmon. Além de uma homenagem in memoriam à própria Dorina, criadora de uma fundação que leva seu nome e auxilia deficientes visuais, com serviços de reabilitação e edição de livros em braille.

Dorina Nowill

A educadora Dorina de Gouvêa Nowill (1919-2010), nascida em São Paulo, perdeu a visão aos 17 anos. Mesmo cega, estudou em uma escola normal regular e tornou-se professora primária. Criou a Fundação Dorina Nowill, uma entidade voltada para auxílio aos deficientes visuais e reconhecida pela qualidade de seus livros acessíveis e serviços de reabilitação.

Em 1948, trouxe para o país um maquinário completo para impressão em braille, e hoje sua fundação conta com a maior imprensa braille da América Latina. Durante sua carreira acadêmica, especializou-se em educação de cegos na Escola de Pedagogia, em Nova York. Foi presidente do então Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos, hoje União Mundial dos Cegos. Morreu aos 91 anos idade.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

Distribuidora deverá fornecer energia a jovens portadores de necessidades especiais

A decisão é da 11ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Fonte: Jornal Jurid – 24/08/2016

Uma empresa distribuidora de energia elétrica foi condenada a fornecer eletricidade à residência onde vivem duas crianças que dependem de aparelho de oxigênio para respirar. A decisão é da 11ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O autor da ação é o pai dos dois meninos, portadores de doença degenerativa progressiva. A empresa ré alegou que a instalação e fornecimento de energia não podem ser feitos, pois o imóvel estaria em situação irregular e próximo de linha férrea.

Para o relator do recurso, desembargador Walter Fonseca, ficou demonstrado que a casa está longe o suficiente da linha ferroviária, e portanto, fora da área de risco. Além disso, “condicionar a exigência da regularização cadastral do imóvel ao fornecimento de luz e energia elétrica, constitui violação ao direito à saúde e incolumidade física das crianças que moram no local”.

“A lei não exige a regularidade da propriedade do imóvel junto ao Poder Público para que haja o fornecimento de um serviço reputado essencial, bastando apenas que a posse seja exercida de forma pública, mansa, pacífica e sem oposição”, escreveu o relator em seu voto.

Os desembargadores Gil Coelho e Marino Neto também integraram a turma julgadora. A votação foi unânime.

Apelação nº 0012973-79.2011.8.26.0073

TRF4 nega prótese importada a paciente por entender que o SUS fornece peça compatível

Fonte: *Âmbito Jurídico* – 24/08/2016

O município de Rio Grande (RS) não precisará fornecer prótese especial importada para uma moradora portadora de artrose na articulação do quadril. Na última semana, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou recurso da paciente por entender que o Sistema Único de Saúde (SUS) já fornece peça compatível com as suas necessidades.

A moradora da região sul do estado é portadora de coxartrose primária lateral, doença caracterizada pela corrosão da cartilagem da articulação do osso do fêmur com o quadril. No final de 2014, o ortopedista responsável pelo seu acompanhamento indicou a realização de cirurgia para implante de uma prótese não cimentada de cerâmica.

Ela entrou com processo após tomar conhecimento de que a prótese recomendada não é fornecida pelo SUS. A paciente alegou não ter condições de arcar com os custos e solicitou que a Secretaria Municipal de Saúde forneça o tratamento. De acordo com a autora, a peça indicada pelo seu médico é de melhor qualidade e tem maior durabilidade que a oferecida pelo sistema público.

O município pediu o indeferimento do pedido alegando que não há comprovação de que a alternativa indicada pelo médico da autora é superior à disponibilizada pelo SUS.

A ação foi julgada improcedente pela Justiça Federal de Rio Grande, levando a autora a recorrer contra a decisão. No entanto, por unanimidade, a 4ª Turma do TRF4 decidiu manter a sentença.

A relatora do processo, desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, destacou que “a Justiça não pode deixar de pesar a notória escassez dos recursos destinados ao SUS, devendo levar em consideração as consequências que a concessão de drogas ou tratamentos estranhos aos administrativamente disponibilizado pode trazer”.

A magistrada acrescentou que, “deferir benefícios para alguns sem qualquer planejamento, ainda que necessários, pode causar danos para muitos, consagrando-se, sem dúvida, injustiça”.

A paciente permanece na fila de espera para receber o transplante convencional fornecido pelo SUS.

Turma mantém determinação de matrícula em escola adequada para portadora de necessidade especial

Fonte: *Âmbito Jurídico* – 29/08/2016

JA 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, por unanimidade, negou provimento ao recurso do Distrito Federal, e manteve a sentença que determinou que o DF matricule a autora, portadora de necessidades especiais, na Escola Classe 102 Sul.

A autora ajuizou ação na qual narrou ser portadora de necessidades especiais, motivo pelo qual cursou a Escola Classe 102 sul entre os anos de 2011 e 2013, que possuía a estrutura correta para seu atendimento. Narrou que devido à orientação da diretora, foi transferida para o Centro de Ensino Fundamental nº 03 na 103 sul, sob a garantia de que seria dado continuidade ao seu processo de alfabetização. Todavia, ao ingressar na nova escola, verificou que não havia professores especializados ou qualificados para o seu acompanhamento e sua alfabetização, que restou prejudicada pela falta de atendimento adequado.

O Distrito Federal apresentou contestação na qual defendeu a improcedência do pedido.

A sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, confirmando a antecipação dos efeitos da tutela anteriormente

deferida, determinou que o Distrito Federal matriculasse a requerente na Escola Classe 102 Sul.

O DF recorreu, mas os desembargadores entenderam que a sentença deveria ser mantida em sua integralidade.

Processo: APO 2015 01 1 018987-8

STJ mantém sentença que obriga adaptar ônibus para deficientes

Fonte: *Consultor Jurídico* – 30/08/2016

As concessionárias de transporte coletivo sujeitam-se à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual, ao tratar do direito ao transporte da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, estabelece a igualdade de acesso entre todos, vedando-se obstáculos e barreiras que impeçam ou dificultem o gozo desse direito.

Seguindo esse entendimento, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve sentença que obrigou as concessionárias do serviço de transporte público da cidade do Rio de Janeiro a adaptarem os ônibus para deficientes.

A sentença é fruto de uma ação civil pública promovida pelo Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). A entidade alegou que as empresas e o município não cumprem a legislação no sentido de tornar todos os ônibus acessíveis aos deficientes, incluindo nos veículos assentos especiais.

Tanto a prefeitura quanto as empresas recorreram da sentença, que determinou adaptação imediata da frota, bem como multa diária por descumprimento. As concessionárias do serviço alegam a inviabilidade do cumprimento imediato. Já a prefeitura do Rio de Janeiro alegou que há um cronograma previsto na licitação, com adaptação gradual. Para o poder público, a sentença prevê pena em caso de não cumprir o dever de fiscalizar o cumprimento da ordem judicial, com pena de multa em caso de omissão.

Para o ministro relator do recurso, Humberto Martins, não há nenhuma ilegalidade que justifique mudar o acórdão que ratificou a condenação das empresas e da prefeitura.

O ministro destacou a legislação federal a respeito do assunto (Lei 8.987/95) e afirmou que as empresas estão cientes da responsabilidade decorrente da prestação do serviço. De acordo com o ministro, a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não justifica o afastamento do dever de observância das obrigações constitucionais e infraconstitucionais impostas às concessionárias de transporte público.

“As concessionárias de transporte público são responsáveis, operacional, contratual e legalmente, pela adequada manutenção do serviço público que lhe foi concedido, não devendo se furtar à obrigação assumida quando celebrou o contrato de concessão com o poder público”, frisou o ministro.

Humberto Martins refutou os argumentos de que a sentença contém uma usurpação de poder, já que não caberia ao Judiciário determinar tal adaptação, já que a pactuação com o município prevê outras regras.

“O Poder Judiciário poderá determinar, em caráter excepcional, a implementação de políticas públicas de interesse social — principalmente nos casos que visem a resguardar a supremacia da dignidade da pessoa humana —, sem que isso configure invasão da discricionariedade dos demais Poderes ou afronta à reserva do possível”, explicou Humberto Martins.

Outro ponto destacado no voto é que a discussão não é apenas sobre a relação contratual do município com as empresas. Para além da pactuação, há uma relação comercial entre as empresas e os usuários

do serviço. Essa relação, segundo Humberto Martins, é protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

“Também cabe ao Judiciário zelar pelo cumprimento dos contratos de consumo celebrados entre a concessionária (à qual a administração delegou a prestação do serviço público) e os consumidores individuais e/ou plurais, cuja vulnerabilidade ou hipervulnerabilidade se presume”, argumentou o ministro, afastando alegações de invasão de competência do Judiciário na matéria. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.

REsp 1.595.018

Liminar reduz jornada de mãe de criança com síndrome de Down, sem alterar salário

Fonte: *Âmbito Jurídico* – 01/09/2016

Servidora pública do município de Laguna obteve na Justiça o direito de reduzir sua jornada de trabalho de oito para seis horas, sem redução de salário, para atender a seu filho de cinco anos de idade. A criança, portadora de síndrome de Down, cardiopatia e bronquite, reside sozinha com a mãe e apresenta deficiência intelectual e déficit de aprendizagem, que exigem estímulos com especialistas para um bom desenvolvimento de suas capacidades pessoais e da autonomia cotidiana.

A decisão, em caráter liminar, foi prolatada pelo juiz Paulo da Silva Filho, da 2ª Vara Cível da comarca de Laguna, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência e em lei municipal que prevê a redução de jornada. Pela situação apresentada, o magistrado entendeu razoável e proporcional o pedido formulado pela mãe, pelo tempo em que as necessidades especiais do filho exigirem a medida, “sem o que ficaria praticamente impossível a ela, genitora, dispensar ao filho o acompanhamento a que tem direito e de que efetivamente necessita”.

“Vale repetir que o direito buscado pela parte impetrante só de forma reflexa é que lhe pertence, uma vez que, em verdade, trata-se indiscutivelmente de um direito consagrado a toda criança brasileira, ainda mais quando portadora de alguma necessidade especial, [...] já que a redução da carga horária tem um único e exclusivo objetivo, que é possibilitar à genitora, trabalhadora que é, conciliar sua rotina profissional com seu dever de mãe, atendendo seu filho [...] para garantia do seu regular e saudável desenvolvimento, sem o que seu papel de mãe restará absolutamente comprometido”, finalizou Silva Filho (Mandado de Segurança n. 0301626-56.2016.8.24.0040).

Estado tem cinco dias para viabilizar consulta pediatra para criança com microcefalia

Fonte: *Âmbito Jurídico* – 22/09/2016

O juiz Daniel Augusto Freire, da Comarca de Alexandria, determinou ao Estado do Rio Grande do Norte que viabilize a realização de consulta médica especializada, com cirurgia pediátrica, em uma criança que sofre com microcefalia, em estabelecimento da rede pública de saúde ou, na impossibilidade, mediante a contratação de prestador privado.

O magistrado estipulou o prazo de cinco dias úteis, período de tempo considerado razoável para o cumprimento do que foi determinado. Para o caso de descumprimento da decisão, foi estipulada multa única no valor de R\$ 10 mil.

O menino foi representado na ação judicial pela sua mãe, que procurou a justiça com o objetivo de obter provimento jurisdicional que lhe assegure a viabilização de consulta médica com profissional especializado, em hospital de referência, bem como a realização da internação e

procedimentos necessários ao tratamento do seu filho, que sofre de microcefalia.

Em razão da sua enfermidade, a criança está com dificuldades na digestão, fato que inviabiliza a alimentação e hidratação, e em razão disto foi proposta a análise da viabilidade de cirurgia para via alternativa de alimentação, no entanto, a consulta com atendimento médico especializado ficou marcada apenas para 13 de outubro de 2016.

Para o magistrado, documentos anexados aos autos atestam que o procedimento foi requerido administrativamente, contudo, somente foi agendado para o dia 13 de outubro de 2016. Entretanto, o paciente pode não suportar aguardar até esta data para ser atendido, não devendo o Poder Público se furtar de fornecer tratamento imprescindível aos cidadãos.

Ele explica seu posicionamento afirmando que “o direito à saúde tem proteção de nível constitucional, não podendo haver óbice para a concretização de um direito tão supremo e importante para qualquer pessoa, sem falar na obediência ao princípio da dignidade da pessoa humana, que deve ser respeitado, e o Poder Judiciário deve estar pronto para salvaguardar as disposições constitucionalmente previstas”.

Processo nº 0100902-31.2016.8.20.0110

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Educação aprova obrigatoriedade de tradutor de Libras em sala de aula

Fonte: *Câmara dos Deputados* – Emanuelle Brasil / Newton Araújo – 20/09/2016

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que torna obrigatória a presença de tradutor e intérprete de Libras nas salas de aula dos ensinos básico e superior para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

A iniciativa está prevista no Projeto de Lei 1690/15, do deputado Hélio Leite (DEM-PA). O texto acrescenta a exigência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96).

A proposta estabelece que o profissional deverá atuar também no apoio à acessibilidade nas atividades extraescolares e em processos seletivos para cursos oferecidos na instituição de ensino.

Profissão regulamentada

Relator, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) defendeu a medida, mas fez ajuste no texto para que a contratação do tradutor observe a lei que regulamentava a profissão de intérprete de Libras (Lei 12.319/10).

O deputado observa que a legislação já assegura às pessoas com deficiência a oferta de educação bilíngue em Libras, como primeira língua, e na modalidade escrita da língua portuguesa, como segunda língua - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15).

Tramitação

A proposta, já aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ainda será analisada, de forma conclusiva, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura '[Agência Câmara Notícias](#)'

Comissão aprova menção de vítima com deficiência em registro de ocorrência policial

Fonte: Câmara dos Deputados – Murilo Souza / Alexandre Pôrto – 21/09/2016

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, na terça-feira (20), projeto (PL 1388/15) que torna obrigatório informar, nos registros de infrações penais, se a vítima é pessoa com deficiência.

O autor da proposta, deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), argumenta que até o momento não há no Brasil dados e estatísticas específicos em relação à violência praticada contra a pessoa com deficiência. Ele acredita que a medida proposta poderá trazer uma visão mais abrangente da situação.

Gouveia cita dados da Organização Mundial de Saúde sobre violência para mostrar que em alguns países cerca de 25% das pessoas com deficiência sofrem maus-tratos.

Ao analisar o projeto, o relator na comissão, deputado Vitor Valim (PMDB-CE) considerou importante incluir a informação sobre a condição de pessoa com deficiência nas ocorrências penais. “É inegável que a existência de bases de dados – crimes por região; frequência de ocorrência por tipos de crime; modalidade de crime por região etc – irá se constituir, sempre, em ferramenta essencial para o planejamento de políticas criminais específicas”, avaliou Valim, ao defender a proposta.

Ele ainda ressaltou que a medida não implicará em custos significativos para as Unidades da Federação e, portanto, não terá impacto negativo sobre o orçamento.

Tramitação

De caráter conclusivo, a proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura [‘Agência Câmara Notícias’](#)

//INSTITUCIONAL

MP recebe visita de assessora em direito internacional

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 15/09/2016



Judith Heumann com representantes do MPRJ.

No momento em que a cidade do Rio de Janeiro sedia a maior competição esportiva de paratletas, Paralimpíadas 2016, a assessora especial em Direitos Internacionais sobre Deficiência dos Estados Unidos, Judith Heumann, visitou o MPRJ, nesta quarta-feira (14/09). O encontro teve como objetivo a troca de informações visando ao fomento de ações em prol das pessoas com deficiência e das mulheres vítimas de violência.

Heumman é reconhecida internacionalmente como importante liderança na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Ela foi recebida pela procuradora de Justiça Lilian Moreira Pinho e os promotores de Justiça Lúcia Iloízio, Alexandra Feres e Luiz Cláudio Almeida, que apresentaram campanhas e principais iniciativas do MPRJ em favor das mulheres e das pessoas com deficiência.

A assessora destacou que embora a luta contra a violência doméstica tenha ganhado reforço em muitos países nos últimos anos, ainda há muito a ser feito em prol das mulheres deficientes vítimas. Um estudo apresentado pela norte-americana na reunião indica que mais da metade do total de mulheres com deficiência já sofreu algum tipo de violência e estão mais suscetíveis a abusos sexuais. A pesquisa foi feita na Europa, Estados Unidos e Austrália, mas encontra ecos também no Brasil.

É o que defendeu a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Violência Doméstica e Núcleo de Gênero, Lúcia Iloízio. A promotora anunciou que já estão sendo traçadas estratégias de ação para dar maior visibilidade à causa das mulheres deficientes que são vítimas de violência.

A promotora destacou também as vertentes de atuação do MPRJ tanto voltadas para o público interno com programas de capacitação de servidores e operadores do Direito quanto ao externo com ações coletivas e campanhas em escolas, comunidades e nas Redes Sociais. Apresentou, ainda, as principais ações do MP na política de enfrentamento da Violência contra a Mulher - que recentemente passou a englobar também toda questão de gênero - e os avanços obtidos com a Lei Maria da Penha.

Outra iniciativa debatida na reunião foi o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que após um ano desde que foi promulgada ainda encontra inúmeros desafios para ser posta em prática. O Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, Luiz Cláudio Almeida, destacou a luta incessante que os promotores de Justiça que atuam na área travam com autoridades municipais no intuito de fazer cumprir a legislação sobre a matéria em tela.

O promotor mostrou a Judith Heumann que a acessibilidade é um dos temas prioritários do MPRJ, que conta atualmente com equipe especializada formada por profissionais de áreas como arquitetura e engenharia, entre outros.

Para a procuradora de Justiça Lilian Moreira Pinho, a reunião representou um primeiro passo rumo a uma futura aproximação entre o MPRJ e o Departamento de Estado dos EUA. “A visita de Judith Heumann foi extremamente importante para o Ministério Público por nos possibilitar fazer um paralelo com experiências internacionais visando a um intercâmbio entre os promotores brasileiros com as autoridades de outros países, sobretudo com os das cidades de Atlanta, Miami e Oklahoma”, afirmou a procuradora.

Lilian explica, ainda, que estas são consideradas “cidades irmãs” do Rio de Janeiro. O conceito foi criado para designar mecanismos protocolares por meio dos quais cidades de distintas áreas geográficas ou políticas estabelecem laços de cooperação.

Também participaram da visita de Judith Heumann ao MPRJ, Steven Lukens, Vice-Cônsul Geral do EEUU no Rio de Janeiro; Viraj M. LeBailly, Cônsul e Diretora da Seção de Imprensa, Educação e Cultura; Carla W. Brasileiro, Assessora da Seção de Imprensa, Educação e Cultura; Tailor Dortona e Anne Barrack, assistentes de Judith, Elisa Nolasco, assistente social, e Ana Cristina Alves secretária, ambas do CAO Violência Doméstica.

Nono seminário de capacitação para instituições para idosos debate envelhecimento sem contenções

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 22/09/2016

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em parceria

com a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI/UERJ), realizou, nesta quinta-feira (22/09), a nona edição do evento anual de capacitação para gestores e profissionais de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Com auditórios lotados e inscrições esgotadas, o seminário ofereceu palestras, debates e oficinas durante todo o dia sob o tema “Envelhecer sem contenções: novas perspectivas humanas, éticas e legais”.

“Estamos aqui para buscar fazer o melhor para a pessoa idosa”, ressaltou a gerontóloga Sandra Rabello, coordenadora de Projetos de Extensão da UnATI/UERJ, na abertura do seminário. Também participaram da mesa que iniciou os trabalhos o subprocurador-geral de Direitos Humanos, Ertulei Laureano Matos, representando o procurador-geral de Justiça, Marfan Martins Vieira; o coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF – IEP/MPRJ), José Roberto Paredes; e o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (CAO Idoso), Luiz Cláudio Carvalho de Almeida.



Sandra Rabello, Ertulei Laureano Matos, Luiz Cláudio Carvalho de Almeida e José Roberto Paredes

A primeira a palestrar foi a geriatra Arianna Kassiadou Menezes, membro do Grupo da Tríplice Aliança pela Cultura de Não Contenção. Para ela, as medidas de contenção são usadas em exagero e, mesmo que bem intencionadas, são erradas, restringem a liberdade, perturbam a tranquilidade e não têm, de fato, o efeito prático esperado. “Na maioria das instituições utilizam-se esses métodos chamados ‘protocolos de segurança’. Só que alguns conceitos que se têm de segurança são baseados em ‘pseudociência’, ou seja, senso comum, sem estudo científico concreto, e muitas vezes estão equivocados”, explicou citando o exemplo das grades de proteção usadas em camas hospitalares, que, segundo estudos apresentados por Arianna, não melhoram a segurança e até oferecem outros riscos.

O enfermeiro gerontólogo Rômulo Delvalle, técnico pericial do GATE/MPRJ, lembrou que a contenção não pode ser uma resposta padronizada a todo tipo de problema ou a certos grupos de pessoas. De acordo com ele, foram fiscalizadas, entre 2015 e 2016, 58 ILPIs no estado do Rio de Janeiro. Destas, 30 (52%) apresentavam idosos contidos.

E o promotor de Justiça Luiz Cláudio Carvalho de Almeida acrescentou que a lei proíbe que se dê tratamento discriminatório só pela condição de uma pessoa, como o fato de ela ser idosa ou ter uma deficiência. “Avaliações médicas precisam ser feitas com frequência para que o paciente receba um tratamento adequado; a terapia em uso não pode ser simplesmente um hábito”, destacou o coordenador do CAO Idoso. Entre os pontos suscitados pelo promotor, está a necessidade de que as instituições alcancem um modelo de inclusão na sociedade.

Já o pós-doutor em Farmacologia e Química Medicinal Cleverton Kleiton Lima falou sobre os males da contenção farmacológica. “Os medicamentos não podem ser vistos apenas como um procedimento para acalmar alguém, eles têm riscos e consequências”, frisou ao

apresentar ao público os efeitos colaterais das substâncias mais utilizadas com esse propósito e como elas agem em pessoas com idade avançada. “A sedação no idoso tem duração de efeito muito mais longa que a de um jovem. O paciente sedado não tem interação social, demora para sair do estado de sedação e apresenta confusão mental”, revelou. “A utilização tem que ser específica, não de forma crônica”, concluiu.

Na parte da tarde foram realizadas três oficinas de capacitação: “Estratégias de cuidados”; “Implicações da contenção sobre a dinâmica alimentar e estado nutricional do idoso”; e “A ética, o serviço social e a intervenção na garantia de direitos”. O evento foi organizado pelo CAO Idoso e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).